

## SUPERINTENDENCIA FED DE AGRIC DO EST DE SP

## Estudo Técnico Preliminar 10/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 21052.028694/2026-51

## 2. Descrição da necessidade

2.1. A aquisição ora pretendida tem o objetivo de atender às necessidades de reposição de materiais de consumo de uso contínuo por parte da SFA-SP e suas unidades descentralizadas, no Estado de São Paulo, para os anos de 2025 e 2026 (doze meses), podendo ser prorrogado por igual período, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.

2.2. A SFA desempenha importante e imprescindível papel institucional na fiscalização, normatização e fomento de políticas agrícolas para o Brasil. Além de sua sede, a SFA possui unidades descentralizadas por todo o Estado de São Paulo. Por não terem autonomia financeiro-administrativa, estas unidades dependem das aquisições que são realizadas pela sede, sendo, posteriormente, remetidos os materiais para as demais unidades.

2.3. Além disso, tendo em vista o que dispõe a Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023, acerca do compartilhamento de atividades de administração patrimonial, de material, de gestão de pessoas, de serviços gerais, de orçamento e finanças, de contabilidade, de logística, de contratos, de tecnologia da informação, de planejamento governamental e gestão estratégica e de outras atividades de suporte administrativo realizadas por meio de arranjos colaborativos entre Ministérios ou modelos centralizados, a SFA-SP presta suporte às unidades descentralizadas, no Estado de São Paulo, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério da Pesca e Aquicultura.

2.4. E ainda, tendo em vista o disposto na Portaria MAPA nº 714, de 30 de agosto de 2024, que estabelece as atribuições das superintendências na governança dos Polos de Meteorologia e dos Distritos de Meteorologia - DISMES, nos respectivos Estados, por força da qual, inclusive, o DISME-SP passou a exercer suas atividades no prédio da sede da superintendência, sendo também por ela atendido administrativamente.

2.5. Com a contratação ora apresentada, busca-se uma melhor eficiência na prestação dos serviços públicos, que são necessários ao bom funcionamento da SFA-SP, uma vez que as atividades cotidianas e rotineiras da Superintendência, demandam a utilização de uma gama de produtos consumíveis tanto pelos colaboradores internos, quanto pelos colaboradores externos.

2.6. Espera-se, assim, com a continuidade destes serviços, dotar a Superintendência dos recursos instrumentais e complementares necessários para o cumprimento de sua missão institucional. Sendo que a aquisição dos materiais elencados faz-se necessária, para a execução dos serviços administrativos e técnicos finalísticos da Administração Pública.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CAD/SFA-SP	Márcia Carvalho Monteiro

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os requisitos necessários ao atendimento das necessidades da SFA-SP foram obtidos por meio de levantamento da necessidade anual de materiais solicitados pelos diversos setores da superintendência, bem como dos demais Ministérios aos quais esta presta suporte, por meio da descrição pormenorizada dos itens, do levantamento de mercado, do atendimento às exigências legais, e da análise e aprovação do processo pela Consultoria Jurídica da União.

4.2. Além disso, na descrição, constam os padrões mínimos de qualidade, de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa através, inclusive, da escolha dos CATMATs, no qual é selecionado o produto que melhor atende às necessidades do contratante, quanto a cor, armazenamento, validade etc., e ainda, nesse caso, buscou-se escolher, sempre que possível, os CATMATs com selo de sustentabilidade.

4.3. A aquisição dos produtos se dará por meio da modalidade de Pregão Eletrônico - Ata de Registro de Preço. O Sistema Registro de Preços para a aquisição dos produtos é regido sob os termos do Decreto 11.462, de 31 de março de 2023. A modalidade pretendida confere vantagens para administração pública, podendo ser adquiridos com previsão de entregas parceladas, com o propósito de evitar perdas, ou quando o objeto, por sua natureza, for de uso indefinido, mas que, entretanto, necessita de planejamento por parte dos gestores, afim de evitar tempestividade de aquisição em caráter emergencial.

4.4. Serão realizados os encaminhamentos conforme amparo legal acima, que seguirá com critérios técnicos quanto a seleção da proposta mais vantajosa para a instituição, ou seja, no melhor preço, desde que atendidos os requisitos técnicos do insumo. A avaliação técnica é realizada por equipe dedicada a este fim, com apoio da área requisitante e deverá atender ao descritivo técnico do item licitado e cumprir com os requisitos de qualidade e funcionalidade.

4.5. Durante o processo de seleção, além do valor da proposta apresentada pelo licitante, são levados em consideração critérios de qualidade dos produtos oferecidos e atendimento à descrição do item e aos critérios de sustentabilidade estabelecidos no Termo de Referência e demais artefatos processuais.

4.6. A avaliação poderá ser realizada através da documentação técnica e também por meio de teste de amostras. Lembrando, ainda, que além da qualificação técnica para seleção da proposta, o licitante deverá cumprir com demais exigências constantes em Edital, onde serão avaliados os pontos: habilitação jurídica, habilitação fiscal e trabalhista e qualificação econômica financeira.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Aquisição dos produtos, com ampla difusão no mercado brasileiro, com fornecedores diversos, de várias localidades do país.

5.2. Além disso, esta contratação apresenta itens de participação exclusivas de Micro e Pequenas Empresas, atendendo ao que determina o inc. III, art. 48, da Lei Complementar nº 123/06.

5.3. O estudo de mercado constará através dos preços referenciais no Processo nº 21052.028694/2026-51, como condição indispensável para o confronto e exame de propostas em licitação. Serão utilizados como referenciais de pesquisa mercadológica as fontes elencadas na Pesquisa de Preços, em conformidade com a legislação correlacionada, que o preço de referência aceitável para a aquisição será subsidiado pela média obtida na pesquisa mercadológica.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A aquisição dos produtos se dará por meio da modalidade de Pregão Eletrônico - Ata de Registro de Preço. O Sistema de Registro de Preços, para a aquisição dos produtos nos termos do Decreto 11.462, de 31 de março de 2023, se dá: quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes; quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa; quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas; quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

6.2. Essa forma de contratação torna-se mais vantajosa para a administração pública, podendo os produtos serem adquiridos com previsão de entregas parceladas, com o propósito de evitar perdas, possibilitando que a Administração solicite os insumos na estrita necessidade de aquisição, evitando desperdícios, falta de materiais e otimizando a guarda e conservação dos materiais e a área disponível para estocagem, além de adequar o estoque às demandas da instituição.

6.3. Visa substituir a atual ata de registro de preço, cuja vigência encontra-se encerrada.

### **6.4. Para os ITENS 1 a 4: ÁGUÁ MINERAL:**

6.4.1. O líquido água mineral natural, sem gás, objeto da contratação, deve atender às características microbiológicas e não conter concentrações acima dos limites máximos permitidos das substâncias químicas prejudiciais à saúde, estabelecida em

Regulamento Técnico próprio, especialmente, a Instrução Normativa nº 60, de 2019, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

6.4.2. A embalagem, retornável ou descartável, deve ser isenta de danos físicos como amassamentos, fissuras ou qualquer outra avaria que possa comprometer a qualidade da água mineral natural e, ainda, deve atender às especificações da Anvisa e às normas ABNT NBR nº 14.222/2019 - Embalagem plástica para água mineral e potável de mesa - Garrafão retornável - Requisitos e métodos de ensaio e NBR nº 15.395/2006, que estabelece os requisitos mínimos de qualidade e os métodos de ensaio exigíveis para garrafas sopradas de PET, personalizadas ou genéricas, não retornáveis, destinadas ao acondicionamento de refrigerantes e águas, e em legislação específica.

6.4.3. O rótulo da embalagem deve ser aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), conforme dispõe a Portaria MME nº 470, de 1999.

6.4.4. As especificações referentes ao envase, fechamento, armazenamento, transporte e certificação devem seguir as exigências contidas na Resolução RDC nº 173, de 2006, da Anvisa, e em legislação específica.

6.4.5. Especificações da Água mineral natural, sem gás, em garrafão retornável:

6.4.5.1. CATMAT: 445485

6.4.5.2. Capacidade do garrafão: 20 litros.

6.4.5.3. Material da embalagem: PET, material polietileno, policarbonato, polipropileno ou outro material aceitável para contato com alimentos e bebidas em conformidade às exigências da Portaria DNPM nº 387, de 2008 e ABNT NBR nº 14.222/2013, que deverão garantir a integridade do produto. O garrafão deve possuir lacre de segurança, aparência limpa, isenta de manchas, alterações de cor, ranhuras, rachaduras, emendas e amassamentos, bem como não poderá possuir nenhum tipo de resíduos e odores. O gargalo não poderá possuir qualquer tipo de deformações internas ou externas. A vida útil do garrafão retornável é de até 3 (três) anos, nos termos do inciso I do art. 5º da Portaria DNPM nº 387, de 2008.

6.4.5.4. Dimensões do garrafão com capacidade de 20 litros:

a. Altura total: 490mm  $\pm$  2,5mm;

b. Diâmetros: medido no anel de reforço (superior e inferior): 275mm  $\pm$  2,5mm, conforme ABNT NBR nº 14.222/2019.

6.4.6. Validade da água: no mínimo, de 3 (três) meses, contados da data de entrega do produto pelo fornecedor.

6.4.7. Serão aceitos produtos de qualidade equivalente ou superior às especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, desde que comprovada a conformidade com as normas da ANVISA, ABNT e demais legislações aplicáveis.

6.4.8. O produto deverá possuir identificação da fonte de extração devidamente autorizada pela Agência Nacional de Mineração (ANM), com comprovação de regularidade da outorga.

## **6.5. Para o ITEM 5: CAFÉ - APRESENTAÇÃO: GRÃO. TIPO:100% ARÁBICO.**

**6.5.1. Código CATMAT: 46357.**

6.5.2. Embalagem:

6.5.2.1. Pacote: 1 Kg;

6.5.2.2. Material: o material da embalagem em contato direto com o café, deverá ser de material adequado e observando a legislação específica vigente.

6.5.2.3. Rótulo: deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

a. Grupo: em grãos;

b. Informação da espécie de café com a expressão "100% arábica", ou a predominância da espécie com a expressão "predominantemente arábica", conforme o caso, sendo permitida, adicionalmente, a informação da variedade do café, comprovada por laudo feito por laboratório credenciado pela ANVISA ou MAPA;

c. Denominação de venda do produto, que será constituída da palavra "café", seguida da marca comercial, se houver;

d. Identificação do lote;

e. Nome empresarial, CNPJ ou CPF;

- f. Ponto de torra: média;
- g. Prazo de validade: validade mínima 10 (dez) meses a partir da data de entrega.
- h. Instruções de conservação, preparo e uso do alimento, quando necessário; e
- i. Peso líquido.

6.5.3. O café deverá atender padrão de qualidade sensorial mínimo compatível com categoria comercial superior, vedado o uso de grãos defeituosos acima dos limites previstos em norma técnica aplicável.

6.5.4. Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referentes aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

**6.6. Para o ITEM 6: CAFÉ - APRESENTAÇÃO: TORRADO E MOÍDO. TIPO: ÚNICO. TORREFAÇÃO: PONTO DE TORRA MÉDIA.**

**6.6.1. Código CATMAT: 606523**

**6.6.2. Embalagem:**

6.6.2.1. Tipo: a vácuo

6.6.2.2. Unidade de medida: 500 g

6.6.2.3. Material: o material da embalagem em contato direto com o café, deverá ser de material adequado e observando a legislação específica vigente.

6.6.2.4. Rótulo: deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a. Grupo: torrado e moído;
- b. Informação da espécie de café com a expressão "100% (nome da espécie)", ou a predominância da espécie com a expressão "predominantemente (nome da espécie)", conforme o caso, sendo permitida, adicionalmente, a informação da variedade do café, comprovada por laudo feito por laboratório credenciado pela ANVISA ou MAPA;
- c. Denominação de venda do produto, que será constituída da palavra "café", seguida da marca comercial, se houver;
- d. Identificação do lote;
- e. Nome empresarial, CNPJ ou CPF;
- f. Ponto de torra ou a classificação da torra;
- g. Prazo de validade;
- h. Instruções de conservação, preparo e uso do alimento, quando necessário; e
- i. Peso líquido.

**6.6.3. Características de torrefação:** correspondem ao ponto de torra e à classificação da torra que estão estabelecidas no Anexo IV da Portaria SDA/MAPA nº 570, de 2022.

6.6.4. Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referentes aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

6.7. Os laudos referentes aos itens 5 e 6 deverão ser apresentados pelo licitante juntamente com a Proposta Comercial.

6.8. Os laudos laboratoriais deverão ser emitidos por laboratório acreditado pelo INMETRO (ou equivalente).

6.9. O laudo técnico deverá conter identificação do lote, rastreabilidade da amostra e metodologia analítica utilizada, sendo vedados laudos genéricos ou não vinculados ao lote efetivamente fornecido.

6.10. Para os itens 5 e 6, o produto deverá atender, no mínimo, à classificação “Tipo 1” ou superior, conforme critérios da Portaria SDA /MAPA nº 570/2022, sendo vedado o fornecimento de café enquadrado como “fora de tipo”, reprocessado ou de qualidade inferior aos parâmetros oficiais.

6.11. Não serão aceitos produtos que apresentem defeitos sensoriais perceptíveis, tais como sabor fermentado, mofado, rançoso, queimado excessivo ou quaisquer características incompatíveis com café comercial de qualidade.

6.12. O produto poderá ser recusado no ato da entrega caso haja divergência entre laudo, rotulagem e características sensoriais verificáveis, ou indícios de não conformidade com as normas sanitárias e de classificação vigentes.

6.13. A empresa fornecedora deverá comprovar regularidade sanitária e fiscal, incluindo alvará sanitário quando aplicável.

6.14. É vedado o fornecimento de café reprocessado, reembalado, reetiquetado ou de origem não rastreável, devendo o produto ser fornecido diretamente pelo fabricante ou torrefador regularizado.

6.15. A Administração poderá exigir, a qualquer tempo, análise laboratorial de contraprova, às expensas do fornecedor, em caso de dúvida quanto à qualidade do produto entregue.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades foram definidas com base na análise da média de consumo dos últimos 12 meses da Ata de Registro de Preços anterior, bem como com base nas solicitações de materiais feitas pelos diversos setores da superintendência. A partir disso, foi projetado quantitativo para consumo durante a vigência da ata.

7.2. A partir de levantamento realizado na SFA-SP, em consonância com as contratações anteriores, e adequados junto a Portaria nº 186 /2019 - MAPA, tem-se a tabela representada abaixo.

Item	Descrição	CATMAT	UNID. REFER.	QTDADE
1	Água mineral sem gás, engarrafado em galões de (20 litros) de polipropileno, com tampa e lacre, <b>atender a Unidade Técnica de Campinas</b> . Os galões deverão ser entregues sob consignação. Tempo de uso do galão de no máximo 12 (doze) meses no momento da entrega. matéria-prima específica para embalagens de alimentos, conforme ABNT NBR nº 14.222/2013; Características adicionais da água: ph 6 e 8	445485	Garrafão 20 litros	100
2	Água mineral sem gás, engarrafado em galões de (20 litros) de polipropileno, com tampa e lacre, <b>atender a Unidade Técnica de Araçatuba</b> . Os galões deverão ser entregues sob consignação. Tempo de uso do galão de no máximo 12 (doze) meses no momento da entrega. matéria-prima específica para embalagens de alimentos, conforme ABNT NBR nº 14.222/2013; Características adicionais da água: ph 6 e 8	445485	Garrafão 20 litros	600
3	Água mineral sem gás, engarrafado em galões de (20 litros) de polipropileno, com tampa e lacre, <b>atender a Unidade Técnica de Marília</b> . Os galões deverão ser entregues sob consignação. Tempo de uso do galão de no máximo 12 (doze) meses no momento da entrega. matéria-prima específica para embalagens de alimentos, conforme ABNT NBR nº 14.222/2013; Características adicionais da água: ph 6 e 8	445485	Garrafão 20 litros	60
4	Água mineral sem gás, engarrafado em galões de (20 litros) de polipropileno, com tampa e lacre, <b>atender a Unidade Técnica de Presidente Prudente</b> . Os galões deverão ser entregues sob consignação. Tempo de uso do galão de no máximo 12 (doze) meses no momento da entrega. matéria-prima específica para embalagens de alimentos, conforme ABNT NBR nº 14.222/2013; Características adicionais da água: ph 6 e 8	445485	Garrafão 20 litros	48
	<b>Café em grão</b> , torrado, 100% bebida arábica, comprovada por laudo			

5	recente (máximo de até seis meses) feito por laboratório credenciado pela ANVISA ou MAPA, com aroma e sabor característico do produto, com nível de qualidade mínimo (NMQ) de 7,3 de 1º qualidade, acondicionado em embalagem almofadada, luminizada de 1 kg, devendo constar das embalagens de forma legível, data de fabricação e prazo de validade, bem como o número de registro no Ministério da Saúde. Características, aspectos, cor, odor e sabor próprios, conforme o que estabelece a Resolução 277, de 22/09/2005, da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e a Portaria SDA nº 570, de 9 de maio de 2022, do Ministério da Agricultura e Abastecimento e Selo ABIC/PQC, com <b>validade mínima de 06 (seis) meses, contados da data da entrega.</b>	463571	Kilograma	250
6	<b>Café em pó</b> , Apresentação: Torrado Moído. Tipo: Único. Torrefação: Ponto De Torra Média. 100% bebida arábica, comprovada por laudo de até seis meses feito por laboratório credenciado pela ANVISA ou MAPA, com aroma e sabor característico do produto, com nível de qualidade mínimo (NMQ) de 7,3 de 1º qualidade. Características, aspectos, cor, odor e sabor próprios, conforme o que estabelece a Resolução 277, de 22/09/2005, da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e a Portaria SDA nº 570, de 9 de maio de 2022, do Ministério da Agricultura e Abastecimento e Selo ABIC/PQC, com <b>validade mínima de 06 (seis) meses, contados da data da entrega.</b> <b>Marca de Referência: União/Melita.</b>	606523	Pacote 500 g	1.000
7	<b>Cartucho Tinta Impressora HP</b> , Tipo Cartucho: Original, Cor Tinta: Preto. Referência Cartucho 6: C2p05al	480044	Unidade	100
8	<b>Refil Saco Embalador de Guarda-Chuva.</b> Material: Polietileno Alta Densidade, Comprimento: 73 CM, Largura: 15 CM, Espessura: 0,030 MICRA, Cor: Transparente, Tipo: Refil Gofrado, Aplicação: Embalar Guarda-Chuva	372666	Refil 1.000 un	2
9	<b>Fosforo Extra Longo.</b>	241343	Caixa c/ 50	100
10	<b>Gás Refino De Petróleo</b> , Tipo: Gás Liquefeito De Petróleo - GLP Uso: Doméstico Entrega São Roque: Estrada do Sidônio Pereira Leite, 900, Bairro Jd. Taboão, CEP 18135-138 - <b>São Roque-SP</b>	461652	Botijão 13kg	4
11	<b>Gás Refino De Petróleo</b> , Tipo: Gás Liquefeito De Petróleo - Glp Uso: Doméstico Entrega UTRA Campinas: Av. Heitor Penteado, 2145, Bairro Taquaral, CEP 13087-000 - <b>Campinas/SP</b>	461652	Botijão 13kg	5

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 112.694,04

8.1.O valor total estimado da contratação, com base na Pesquisa de Preços 15/2026, da UASG 130067: **R\$ 112.694,04 (cento e doze mil seiscentos e noventa e quatro reais e quatro centavos).**

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O critério de julgamento da pretendida contratação é o Menor Preço por item.

9.2. Levando-se em conta a natureza e o universo de fornecedores para os itens pretendidos, optou-se pelo parcelamento do objeto desta licitação.

9.3. O parcelamento da licitação em itens garante uma participação maior de interessados particulares, apesar da quantidade diminuta de alguns itens, eventualmente aumentando o desconto final.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. A presente aquisição não só viabiliza a realização dos outros objetivos, como ampara-se no planejamento estratégico do MAPA, em uma perspectiva de suporte.

11.2. Os itens e as quantidades estão previstos no planejamento anual da SFA-SP, fazendo parte do PGC-2026.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. A aplicação do Sistema de Registro de Preços possui uma vasta gama de vantagens, principalmente ao permitir a evolução significativa do planejamento das atividades da Administração. Além dessa, diversas outras podem ser apresentadas. A primeira delas está contida no fato da existência de facultatividade na aquisição do objeto licitado, sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis.

12.2. Há, ainda, a possibilidade de compra progressiva, não havendo necessidade de que se adquira todo o quantitativo de uma só vez, o que não gera, pois, custos com implantação e manutenção de estoque, bem como evita o ônus de vigilância e não causa riscos de perda do objeto por prazo de validade.

12.3. Ademais, no momento de assinatura da ata, a Administração não necessita ter disponibilidade de recursos, bastando que isso ocorra apenas quando da celebração do contrato ou instrumento equivalente, garantindo-se assim uma prontidão na aquisição dos produtos desejados.

12.4. Outro fator positivo é que através da adoção do SRP evita-se a multiplicidade de licitações repetitivas, contínuas e seguidas, com a finalidade de aquisição de um mesmo objeto, ou objetos semelhantes, estabelecendo-se assim uma rotina aperfeiçoada da atividade licitatória, em obediência aos Princípios da Eficiência e Economicidade.

12.5. Além disso, como benefícios resultantes desta aquisição espera-se melhor atender às demandas da sociedade junto a SFA-SP, agilizar e conferir maior segurança ao atendimento ao cidadão por meio da disponibilidade dos insumos necessários e adequados que dão suporte às atividades rotineiras e de expediente.

## **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. Para contratação por SRP utilizaremos o Pregão Eletrônico, conforme determina a legislação correlacionada ao tema. Para maior uniformidade do processo adotamos o modelo de licitação da Advocacia Geral da União (AGU), Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Termo de Referência, Compras Lei 14.133 (abr/2025).

13.2. O Pregão Eletrônico estará disponível a todos os interessados, devidamente cadastrados, no site [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br). A licitação foi dividida por itens, de modo a favorecer o maior universo de licitantes interessados, bem como acirrar a concorrência entre os participantes e obter melhores preços para a Administração Pública.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. O conceito de sustentabilidade é bastante amplo, mas, regra geral, apresenta três componentes, o econômico, o social e o ambiental. De acordo com o sítio eletrônico do portal de compras do Ministério da Economia, a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável são temas que vêm ganhando destaque na agenda política da Administração Pública ao longo dos últimos anos.

14.2. Diante dessa nova realidade, o setor público está mais consciente sobre a relevância do seu papel indutor de transformações estruturais nos principais setores produtivos e de consumo sustentáveis. Nessa linha, as contratações públicas sustentáveis vêm desempenhando papel fundamental na implementação das políticas públicas, no fomento às inovações tecnológicas, na transparência e controle social.

14.3. As contratações públicas mobilizam tanto o setor governamental, quanto o setor privado, quando este busca implementar mudanças na direção da eco eficiência, com uso racional e sustentável dos recursos. Assim, o poder de compra do Estado passa a ser um instrumento de proteção ao meio ambiente e de desenvolvimento econômico e social.

14.4. Para a aquisição ora pretendida, buscou-se selecionar os CATMATS, constantes no catálogo de compras, com selo de sustentabilidade, para os materiais que necessitam ser adquiridos e que encontram-se disponíveis no catálogo, bem como que encontram-se disponíveis no mercado, após a realização da pesquisa de preços.

14.5. Além disso, serão seguidas as determinações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6º Edição, da Câmara Nacional de Sustentabilidade da AGU, conforme as disposições abaixo.

14.6. Nos termos do art. 5º da Instrução Normativa STLI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, os produtos a serem adquiridos deverão ser, no que couber:

I. bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

14.7. Para os itens enquadrados no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, na fase de licitação, o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e normas supervenientes e a.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo.

14.8. No caso das lâmpadas, para a lâmpada de LED com dispositivo de controle integrado à base, cabe registro no INMETRO, considerando a Portaria nº 258, de 6 de agosto de 2020, ou substitutiva, bem como a apresentação de Selo de identificação da conformidade nos termos da Portaria nº 69, de 16 de fevereiro de 2022.

14.9. Diretrizes ambientais referentes ao Gás Liquefeito de Petróleo - GLP:

14.9.1. O Gás deverá ser fornecido em botijões sob regime de comodato, que devem ser fabricados seguindo as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como possuir dispositivo de segurança que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP impedindo que ocorra explosão do vasilhame.

14.9.2. A empresa que apresentar a melhor classificada para o fornecimento do gás liquefeito de petróleo – GLP, em botijão, deverá apresentar, junto com sua documentação, autorização para o exercício da atividade de distribuição de GLP da pessoa jurídica (AEA) outorgada pela ANP, conforme Resolução n. 51, de 30 de novembro 2016, da ANP.

14.9.3. A empresa fornecedora deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental como a garantia de que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NRB – 15448-1 e 15448-2.

14.9.4. A empresa fornecedora deverá seguir observação aos requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO – como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos similares.

14.10. . Normas e padrões de qualidade.

14.10.1. Composição básica de propano e butano (gás de cozinha);

14.10.2. Aplicação em fogões domésticos;

14.10.3. Unidade de fornecimento, botijão com 13 kg, retornáveis;

14.10.4. Os botijões devem possuir lacre de inviolabilidade da válvula de fluxo que informe a marca do distribuidor responsável pela comercialização do produto e rótulo do distribuidor GLP;



14.10.5. A Contratada deve ser autorizada pela Agência Nacional de Petróleo para o fornecimento do material;

14.10.6. Além do cadastro na ANP, deve possuir licença de funcionamento do município de operação; g) o Recipiente de acondicionado do GÁS deve obedecer ao disposto na Portaria INMETRO nº 044, de 11 de fevereiro de 1990;

14.10.7. O GÁS GLP deve obedecer ao disposto na Portaria INMETRO nº 225, de 29 de julho de 2009.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Tendo em vista as informações contidas neste Estudo Técnico Preliminar, informamos ser viável a contratação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CAMILA DE AQUINO SOARES**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 08:55:18.*

**JENNIFER DE SOUZA CARNEIRO**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 08:40:33.*